



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31 DE MAIO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Boa tarde a todos.

Esta é a 9ª audiência pública semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher de 2023.

Presentes os Vereadores André Santos e Manoel Del Rio. À medida em que o demais Vereadores forem chegando, nós vamos anunciando as presenças.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 9ª audiência pública semipresencial de 2023, convocada para hoje, dia 31 de maio de 2023.

Esta audiência pública foi convocada em cumprimento ao disposto no artigo 36, da Lei Federal Complementar nº 141, de 2012, e tem como pauta a prestação de contas das ações e execução orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde, referente ao primeiro quadrimestre de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, em Auditórios On-Line, *link* Auditório Virtual, e no canal do YouTube, da Câmara Municipal de São Paulo.

Foram convidados para esta audiência os representantes da Secretaria Municipal de São Paulo; do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Conselho Municipal de Saúde.

Já está *on-line* conosco o Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zamarco, a quem dou a palavra. Antes, informo que disponibilizaremos 15 minutos. Caso o senhor entenda que precise de mais, fique à vontade para estender um pouco mais. Em seguida, terão a palavra os Vereadores e demais autoridades.

Também farão uso da palavra as pessoas que fizeram inscrição *on-line* pelo *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Também a inscrição poderá ser feita de forma presencial. Cada orador terá três minutos para se manifestar. Ressalto a importância de haver manifestação apenas quando for cedida a palavra. E peço a todos os membros e participantes para que não deixem o microfone ligado enquanto não estiverem fazendo uso da palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Boa tarde, Vereador.

Estão comigo Ivan Cáceres, Assessor Parlamentar, que vai fazer a apresentação do nosso relatório acerca da prestação de contas, que nós já, inclusive, encaminhamos para a Câmara para apreciação da Mesa. Está comigo também o chefe de gabinete, Dr. Roberto Carlos Rossato. Faremos a exposição e qualquer dúvida, estaremos à disposição.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. IVAN CÁ CERES – Aqui nós temos as receitas do município. É com base nesse quadro que se extrai a aplicação em saúde. Ou seja, 15% ou o valor que a Prefeitura aplicou.

Aqui nós temos os recursos aplicados em saúde, como é que se compõe esse orçamento e a aplicação no quadrimestre: despesas correntes, despesa de capital. Portanto, acima do limite constitucional dos 15%. Então, saúde está aplicando bem acima dos 15%, que é o limite constitucional.

Aqui nós temos o resumo: despesa empenhada, 7 milhões 175, para uma receita realizada de 23. Então, significa 30.2, e a despesa liquidada e a receita realizada no período.

Aqui você tem a composição orçamentária por órgão: Fundo Municipal de Saúde; o FMD, Fundo Municipal de Desenvolvimento; e o HSPM, compondo um total de 18 bilhões 432, atualizado ou empenhado de 8,754, e o liquidado de 5 milhões 560. Essa é a aplicação em saúde no primeiro quadrimestre.

Aqui é a despesa por fonte. De onde nós extraímos os recursos para enfrentar essa despesa: Tesouro, que é a fonte municipal, Prefeitura de São Paulo; recursos federais, 2 bilhões 586; recurso estadual, 121 milhões, totalizando um inicial de 17 bilhões, atualizado para 18, e empenhado, nesse período, 8 bilhões 754, e o liquidado de 5 bilhões 560. Eu estou arredondando para dar mais velocidade à apresentação.

Aqui é um gráfico que demonstra essas aplicações, que acabamos de falar, tanto do atualizado quanto do empenhado e do liquidado. Isso remete ao quadro anterior.

Aqui é o histórico do percentual das despesas empenhadas. Fazemos questão de manter esse histórico de 2009 até agora, 2023. Nesse primeiro quadrimestre, nós aplicamos

84.59, com recursos do Tesouro; e 13.56, com recursos federais; e 0.29, com recursos estaduais.

A execução orçamentária por unidade: fundo municipal e os demais que compõem o Orçamento – coordenadorias regionais, que são unidades orçamentárias -, dando o total que acabamos de falar. Incluindo o HSPM, 431 milhões, chegando ao total, que já foi falado aqui, de 17 bilhões 782, atualizado para 18.

Execução orçamentária por subfunção: administração, tecnologia em vários setores, recursos humanos, e vai por aí afora: assistência hospitalar, direitos individuais, Previdência básica, compondo o mesmo resultado, que nós acabamos de falar, tanto no inicial, atualizado e empenhado.

Bloco federal. Aqui é por bloco.

Agora, vamos entrar na participação do Governo Federal, quanto na atenção básica, média e alta complexidades, vigilância e saúde, assistência farmacêutica e por aí afora, compondo o valor de 2 bilhões 723, que é a participação da União. E no período de janeiro a abril de 2023, vocês podem ver ali em cima, 909 milhões 587 mil 645, que foram executados nesse período.

Bloco estadual. A composição do bloco estadual na atenção especializada, totalizando o valor, que nós já dimensionamos, e com uma receita prevista de 118 milhões; e do período de janeiro a abril de 2023, internalizados 25 milhões 152 mil 715.

Detalhamento das despesas.

Seguinte. Aqui nós temos por pessoal; contrato de gestão; prestadores SUS; medicamentos; investimentos e outros, totalizando os 8 bilhões 545. Somando com HSPM, vai compor os 8 bilhões 754, que nós acabamos de falar agora há pouco.

Aqui são os repasses financeiros para os diversos convênios e contratos que temos na Secretaria, totalizando 707 milhões, 387, que isso é o total que nós temos de prestadores SUS.

Nesse primeiro, nós totalizamos 4 bilhões, 574 milhões, com os contratos diversos de gestão da saúde pública.

E, nesse bloco de prestadores SUS, totalizamos 707 milhões de reais.

Agora, por área, o que cada área representa. Fizemos um resumo rápido dos estabelecimentos e equipamentos de saúde: o número de UBSs, AMAs, quem tiver dúvida, está aí a descrição dos equipamentos de saúde que nós temos na rede.

Aqui é um histórico de consultas médicas. Isso também já é tradicional na prestação de contas da Secretaria.

No período de 2016 a 2023.

Aqui são algumas informações da Coordenadoria de Atenção Básica da Família, o número de Unidades Básicas de Saúde, de equipes de estratégia de saúde da família, de agentes comunitários de saúde que vocês podem ver: 9.417 equipes multiprofissionais na atenção básica, enfim.

Temos a saúde da mulher, alguns dados interessantes a respeito da saúde da mulher que tem registrado um avanço significativo nesta gestão, e, de dois anos para cá, esse esforço concentrado voltado à saúde da mulher.

Saúde bucal é a mesma coisa. É uma outra área que a Secretaria tem ampliado bastante a assistência, inclusive, com novos equipamentos, estruturação e requalificação da rede de saúde bucal.

Programa Melhor em Casa, para vocês terem uma noção de como está isso por região, por coordenadoria; a quantidade de pacientes atendidos, o número de leitos disponíveis para esse programa.

Assistência Farmacêutica é a mesma coisa: o número de atendimentos, receitas, produção dos farmacêuticos, todos os dados da rede de assistência farmacêutica da Secretaria.

Inaugurações e reformas do quadrimestre, o histórico das efetivamente concluídas e aquelas que estão em andamento.

Aqui, por coordenadoria, das seis, podemos verificar o andamento das reformas finalizadas neste quadrimestre.

Alguns exemplos de unidades entregues nesse período.

Coordenadoria de Vigilância à Saúde, a nossa COVISA.

Algumas ações que são desenvolvidas pela COVISA permanentemente, principalmente, nesse período, o combate à dengue, sem tirar o olho do vacinômetro, do Programa Municipal de Imunizações.

Aqui temos dados de vacinas e por vacinas neste primeiro quadrimestre de 2023.

Centro de Referência de Saúde do Trabalhador: o que está sendo realizado nessa área na Secretaria.

Aqui o Laboratório de Controle de Qualidade para que tenham uma noção de que esse também é um trabalho da Secretaria.

Saúde e Proteção Animal. Um trabalho que vem sendo realizado, RGA, vacinas aplicadas, microchip, termos para castração. Reforma de canis, vocês podem ver o antes e o depois, como é que ficou. A conclusão da reforma dos gatis também.

Coordenadorias IST/Aids. Número de unidades que a gente tem de unidades na Rede Municipal Especializada, CTAs, SAEs. O número de cadastro nesse programa PrEP, iniciado no Brasil e mais 62,8 no estado de São Paulo.

A Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar.

Dados da Produção Assistencial, você tem, no rodapé, o número de partos realizados.

Dados de Produção Assistencial. Para quem se interessar, tem todos os dados, hospital por hospital, atendimentos. Algumas melhorias que foram feitas na rede hospitalar. No caso, o Hospital e Maternidade Mário Moraes Altenfelder Silva, conhecido como Cachoeirinha, Cidade Tiradentes; no Saboya também as melhorias estão sendo feitas; no Mario Degni que é outro hospital maternidade; a rede de urgência e emergência, quem tiver interesse pode ver a produção, dados e acompanhamento detalhado dessas ações.

No SAMU, a mesma coisa. Você tem todos os dados e gráficos do período. E o atendimento registrado, ligações recebidas e por aí.

Hospital do Servidor Público: as melhorias que vêm sendo feitas no Centro de

Diagnóstico, no serviço técnico de análises clínicas, no 6º andar, no térreo, com melhorias de acesso e sinalização, enfim, equipamento comprado para o serviço de nutrição e dietética, as obras do 13º e 14º andar.

Aqui é a produção de atendimentos no HSPM, Pronto-Socorro, ambulatorial, internação, parto, exames.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Muito obrigado.

Registro a presença dos Vereadores George Hato, Hélio Rodrigues, Bombeiro Major Palumbo e da Vereadora Luana Alves.

Vou abrir a palavra para os nobres Vereadores, e, em seguida, para as pessoas que estão inscritas tanto de forma virtual como aquelas que estão presentes.

Algum dos Vereadores gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. LUANA ALVES – Também me inscrevo, Presidente, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Vereador Bombeiro Major Palumbo.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO – Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Luiz Carlos Zamarco e toda a sua equipe da Secretaria Municipal de Saúde. É um desafio.

Nós vimos números gigantescos em quatro meses de atuação em toda a capital. A gente sabe da dificuldade de atendimentos de saúde, nas especialidades, mas a gente verifica um esforço gigantesco, porque cerca de 84% de todo orçamento que sai da cidade de São Paulo vai para a saúde, exatamente, utilizando os recursos municipais. Nós temos um grande trabalho nesta Comissão, Srs. Vereadores, porque nós precisamos, sim, ajudar a Secretaria da Saúde porque ela vai ter quase que a maioria de todo orçamento de gastos com a população da cidade de São Paulo é da cidade de São Paulo, cabendo 14%, pelo que vi no relatório, para governo federal e o restante do governo estadual.

Então, a gente tem que ter muito orgulho da saúde da cidade de São Paulo, porque, além do desafio, nós colocamos o orçamento nosso.

Parabéns ao Dr. Luiz Carlos Zamarco e a sua equipe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Bombeiro Major Palumbo.

As pessoas presentes que quiserem se inscrever é só virem ao lado para fazerem sua inscrição.

Tem a palavra a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde a todos os presentes e colegas de Comissão, público que nos assiste e, em especial, a Secretaria, na pessoa do Dr. Zamarco. Estou vendo também o Dr. Ivan Cáceres, mais uma pessoa da Secretaria. Obrigada pelo relatório.

Tenho algumas dúvidas, olhando sobre a porcentagem. A gente sabe que saúde é um dos orçamentos mais fortes da cidade, mais robustos. A gente sabe como gasta e como é importante conseguir gastar com saúde. Parece-me que foi empenhado, em administração direta, pouco mais de 20% do orçamento geral empenhado.

Eu faço essa pergunta, porque em contratos de gestão e convênios, 4,574 bilhões; pessoal, auxílios e encargos, que é administração direta, 1, 249 bilhão. Então é, mais uma vez, uma escolha de gestão, que há algum tempo – o Zamarco sabe qual a minha opinião sobre isso, os colegas de Comissão também sabem –, é uma escolha política bastante arriscada. Uma escolha de passar grande parte do orçamento público, do dinheiro público, para as mãos de entidades privadas fazerem a gestão dos serviços.

Aqui não estamos falando de algo de uma Prefeitura, nem de uma gestão, é algo de um longo, de muitas gestões que têm acontecido, mas, mais uma vez, eu queria chamar a atenção para a disparidade que acontece, porque a gente tem basicamente quatro vezes mais gasto com o repasse para entidades privadas fazerem a gestão do que gasto com a administração direta, do que com hospital que é gerido diretamente, do que com PS que é gerido diretamente, as poucas que restam; os CAPSs são geridos diretamente.

Então é para isso que eu queria chamar a atenção e também confirmar a informação. Ainda nesse tema dos repasses, queria confirmar a informação, Secretário, pegando as quatro

maiores OSs: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, CEJAM, Saúde da Família e Santa Marcelina. Pegando o que foi empenhado, no caso da SPDM, 1,292 bilhão, foi só desse quadrimestre. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Isso. É isso mesmo.

A SRA. LUANA ALVES – É isso. Eu digo isso porque é um valor bastante alto, só em um quadrimestre para uma entidade privada. Claro, faz o papel de fazer a contratação e a gestão, mas eu queria chamar a atenção sobre isso, é um valor grande.

Estava comentando aqui, ontem eu estive em um evento sobre população em situação de rua, o orçamento de SMADS é 2,3 bilhões por ano, SMADS que tem muita interlocução com gente da saúde, é muito próximo. A gente sabe que assistência social e saúde andam muito próximas ali, e só SMADS tem 2,3 bilhões por ano. Só esse SPDM, posso dizer, bem mais de quatro bilhões por ano. Então, assim, só uma entidade privada da saúde recebe mais do que o dobro do que uma secretaria inteira. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem 500 milhões por ano, de orçamento. Só neste ano a SPDM recebeu o dobro do que a Secretaria inteira de Verde e Meio Ambiente.

Então, a gente está falando de uma escolha política bastante importante. A gente sabe que é um aspecto, uma discussão polêmica, mas eu queria chamar a atenção um pouco dessa escolha e da magnitude que essa escolha causa. E me questiono, com muito respeito que eu tenho ao Zamarco e a todos, que a falta de concurso na saúde também gera um enxugamento do próprio pessoal administrativo. Finalizando, a gente sabe que quando tem um enxugamento do pessoal administrativo, tem enxugamento inclusive nas áreas de fiscalização e das áreas que têm que olhar contrato por contrato. É muito contrato. É contrato com valor muito alto, sem concurso na saúde, inclusive de técnicos, pessoal da área contábil, financeira, como é que a gente vai conseguir dar conta disso.

Fico aqui, manifesto essa posição e, mais uma vez, agradeço a disponibilidade do Secretário e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereadora Luana Alves.

Os Vereadores vão fazendo as suas colocações, as pessoas que estão inscritas e, daqui a pouco, vocês, da Secretaria, já vão respondendo a todos pontualmente.

Mais algum Vereador gostaria de fazer uso da palavra?

Com a palavra o Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Primeiro, quero cumprimentar o Secretário pelo relatório, está com muita clareza, mas eu queria indagar algumas coisas.

A gente sabe que a saúde passa por um desafio imenso de recompor a saúde pública na cidade de São Paulo e a gente tem visitado muitos equipamentos, hospitais e coisas assim; e uma das grandes reclamações em todos esses equipamentos, normalmente, é a questão do RH, por exemplo, faltam médicos, faltam profissionais. Se não seria possível um emergencial, enquanto não abrem e não se realizam os concursos, para repor o RH dos serviços públicos, que é o maior gargalo que a gente encontra em todos os serviços que a gente vai. Evidente que tem a reforma de espaços, tem equipamentos, mobiliário, mas a maior carência é de RH. Se não seria possível um emergencial para repor o RH do serviço público, inclusive aproveitando o Mais Médicos, do governo federal; e algumas oportunidades que estão aparecendo.

A outra questão, que a Luana estava falando das entidades conveniadas, das OSs, qual a reclamação? É que há um rodízio muito grande dos profissionais dessas organizações. Todos nós sabemos que não pode hoje ter um médico, amanhã, outro; e depois, outro. O médico tem que ter uma empatia, conhecer o atendido. Nessas OSs, tem um rodízio muito grande de profissionais, especialmente de médicos e enfermeiros, e isso causa muitos sacrifícios para a população.

O meu tempo está esgotando, eu estaria preocupado em repor o RH dos serviços públicos e também verificar esse rodízio muito forte das OSs. Nós precisaríamos fortalecer o serviço público com profissionais contratados, concursados pelo serviço público. Eu vejo que tem um esforço muito forte do Secretário, do Prefeito, de colocar a saúde em dia, mas a gente precisa repor o quadro de RH do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Manoel Del Rio.

Com a palavra o Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Obrigado, Presidente. Quero agradecer o Secretário pelo relatório. O nosso mandato vai se debruçar um pouco mais sobre o relatório, para poder se apropriar das informações.

O desafio da saúde é gigantesco, a gente sabe disso. Tem muito problema, sempre vai ser uma área bastante complicada para atuar. Lógico que já há uma posição histórica do nosso partido com relação a essa terceirização, em qualquer unidade, em qualquer departamento e na saúde é bastante crucial. Acho que a gente tem que encontrar um equilíbrio.

Hoje nós temos 97% da atenção básica das UBSs com a rede das OSs, com a rede parceira, e teríamos que ter um equilíbrio, porque nós temos problemas de construir um monopólio na mão das OSs e depois a gente ter problema com isso, para frente. Já estamos tendo esse problema.

Mas eu queria falar do relatório detalhado do quadrimestre anterior, rapidamente, que fala do acompanhamento orçamentário e financeiro. Na página 27, traz uma informação sobre internações, por uma conta rápida, uma que é da natureza pública, 965; e outra, que é da natureza privada, que dá 2.096 por internação. Queria saber se é isso mesmo, se é rede parceira, rede direta, viu Presidente?

- Intervenção simultânea ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Tem alguém com o microfone ligado.

Daqui a pouco o senhor dá as respostas, porque aí otimiza a nossa audiência pública, até porque hoje nós temos sessão, então eu estou tentando compactar para dar tempo de todos falarem e o Secretário e sua equipe conseguirem também trazer as suas respostas.

Mais alguma coisa a ser acrescentada? Bem, eu abro a palavra para o Vereador George Hato.

O SR. GEORGE HATO – Boa tarde. Quero, primeiramente, parabenizar nosso Secretário Zamarco e toda a equipe da Secretaria da Saúde, Ivan Cáceres, Sandra Sabino. A Secretaria da Saúde está em boas mãos com a liderança do Secretário Zamarco, que tem vasta

experiência na gestão administrativa na Secretaria da Saúde.

Temos muitos desafios daqui para frente, mas temos agora grandes investimentos na saúde. O Prefeito Ricardo Nunes entregou muito equipamento de saúde para o bem da população e, principalmente, para a saúde preventiva, que nós trabalhamos no nosso mandato.

Então quero parabenizar toda a equipe da Secretaria da Saúde por apresentar a prestação de contas na Comissão de Saúde, nesta audiência pública. Estamos à disposição.

Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador George Hato.

Com a palavra, Vereador Hélio Rodrigues

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Sr. Presidente, Secretário, é esse relatório, na página 27.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Está aí.

Bem, antes de passar a palavra para o Secretário, tem duas pessoas que se inscreveram *on-line*, eu já vou abrir para que façam suas perguntas; em seguida vocês trazem as respostas.

O primeiro inscrito, Anderson, do CEU Formosa, conselheiro fiscal, tem três minutos. Está *on-line*, Anderson? (Pausa) Não está. Segundo inscrito, Ana Lívia Pereira, da entidade Rosário, função estudante. Está *on-line*, Ana Lívia? (Pausa) Também não está.

Então eu abro para o Secretário trazer as...

Oi, tem mais alguém. Tem os presenciais. Vamos, então, aos inscritos de forma presencial. A primeira, Maria Estela Moreira da Costa, conselheira de saúde, segmento usuário, UBS Vila Albertina. A senhora tem três minutos.

A SRA. MARIA ESTELA MOREIRA DA COSTA – Boa tarde.

Eu venho aqui em nome de todos os conselheiros do Município. O Conselho tem que ser ouvido, o usuário tem que ser ouvido. Nós estamos tendo problema que a Coordenadoria, a Supervisão toma decisões, faz inauguração sem o conselho de usuários, proibindo a gente de participar. Eu acho que o Conselho não existe sem o usuário. Nós somos a ponta, nós é que

sabemos o que precisa.

Gostei muito do que o Vereador falou da falta de médicos, mas o problema é a falta de especialidades. O problema é que o pessoal da zona Norte não tem... e Tucuruvi sucateado e nós precisamos da especialidade. Aí mandam a gente para onde? Houve um caso que a pessoa da saiu daqui para ir para Perus, da zona Norte, da Vila Albertina. Quando chegou lá, chegou fora do horário, porque ela saiu da casa dela às 5h da manhã, e não foi atendida porque ela chegou com atraso de 15 minutos; fez um percurso de 60km, uma pessoa em fragilidade financeira. Nós temos que ter o atendimento na região e, principal, a Coordenadoria Supervisão tem que ouvir o usuário.

E outra coisa: estamos tendo problema de adoecimento de funcionários públicos que trabalham na saúde por conta de disparidade na condução do comando. Então temos que prestar atenção. Se eu fosse da Comissão de Saúde, eu fazia um levantamento, quanto funcionário público da área da saúde está passando por psicólogo, psiquiatra. A saúde mental do funcionário está indo embora, porque ele é judiado. Eu sou a favor da OS, mas eu acho que o funcionário público tem que ser respeitado, principalmente pelos seus superiores.

Só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Muito obrigado, Sra. Maria Estela Moreira da Costa, conselheira de saúde, usuária da UBS de Vila Albertina.

Segunda pessoa inscrita, Janete Maria Correia Santana, conselheira de saúde, do segmento do usuário, UBS Pedras, UPA do Jaçanã. A senhora tem três minutos.

A SRA. JANETE MARIA CORREIA SANTANA – Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, todos os presentes.

Eu também estou aqui hoje representando todos os conselheiros. Eu gostaria de falar um pouquinho sobre a falha das OSs.

Nós não temos acesso a eles. Eles dão telefones, só que eles não atendem esses telefones. Os conselheiros não conseguem se comunicar com eles. Estão tirando pessoas capacitadas de suas funções por puro capricho. Nada é discutido dentro do nosso conselho. O

nosso conselho não tem voz dentro das UBSs. Conselheiros antigos que já participaram entram durante as reuniões e têm mais voz ativa do que nós, que somos conselheiros atuantes. Tem pessoas que gritam com os conselheiros lá dentro, é um desrespeito total.

Eu acho isso um absurdo. Eu estou cansada, porque nós saímos da nossa casa com amor e com carinho para tentar trazer melhoria, e lá nós somos desrespeitados. Nós não ganhamos por isso, nós fazemos por amor e porque nós queremos uma mudança, uma melhoria.

Na reunião passada, na minha UBS, aconteceu uma coisa horrível. Foi no dia 5 de maio, agora. Não foi autorizada pelo próprio proprietário uma obra de ampliação da mesma, por falta de pagamento. O imóvel é alugado e o dono, proprietário, disse que não iria autorizar essa obra porque ele está há dois meses sem receber o aluguel. A gestora disse que isso compete à Prefeitura, pagar para o OS e a OS pagar para o proprietário.

Então eu deixo aqui uma pergunta: quem não pagou quem? É isso que eu gostaria de saber.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Eu que agradeço, D. Janete.

Terceiro inscrito, Nelson Ferreira Filho, do Conselho Gestor da Supervisão Técnica de Saúde da Vila Maria. Obrigado pela sua presença. O senhor tem três minutos.

O SR. NELSON FERREIRA FILHO – Boa tarde. Cumprimento a Mesa no nome do Presidente.

Eu acho que, diante da fala das duas colegas que saíram daqui, são fatos que vêm se tornando recorrentes diante da gestão da saúde na zona Norte, tentando-se até de certa forma tirar o direito deliberativo dos conselhos gestores. É um direito garantido por lei, inclusive podemos mover ações, como conselheiros, até questão de anulação de ato da gestão por estar descumprindo a lei, de fato, desrespeitando a função deliberativa dos conselhos.

Existem atos sendo cometidos que nós podemos ser responsabilizados, porque o conselho faz parte da gestão, com a qual não temos autonomia muito menos abertura para descrições para que esses atos se concretizem.

Só na Supervisão a qual eu pertenço, num curto espaço de tempo foram trocados cinco supervisores. Sou Conselheiro da Supervisão Técnica em Saúde da Vila Maria, também do Hospital Storopoli e do CAPs Vila Maria.

É impossível ter uma gestão eficiente, quando em pouco tempo há cinco supervisores trocados, como ocorreu na gestão da Vila Maria, porque há mudança de perfil. Não estou questionando a capacidade ou não deles, mas se o perfil da gestão é mudado, as ações que estão em andamento próximas de serem resolvidas, acabam voltando atrás.

Sem contar que hoje a Supervisão de Saúde de São Paulo não são mais respeitadas como supervisões, não falo só da região da Vila Maria. As organizações sociais passam por cima das supervisões e fazem as tratativas diretamente com a Coordenadoria e com a Secretaria, sendo que o objeto da supervisão é justamente esse, já que as organizações sociais são meros prestadores de serviços e recebem para isso.

Até estranhei a fala da colega dizendo que a UBS está com aluguel atrasado. A organização social recebe o aluguel pela Prefeitura. Depois seria interessante ela passar o nome da UBS para a Mesa. É isso que queremos avaliar.

Na nossa região, temos um CAPs IJ, para o qual só não agimos com ações mais drásticas ainda por cuidados em reduzir danos. É melhor que funcione de maneira insalubre do que fechar – é lamentável falar isso do jeito que está. Nós temos um grande número de crianças autistas que merecem esse atendimento.

Esse CAPs foi criado de forma provisória para funcionar alguns meses - sem perder a conta, já é a décima terceira vez que falo isso aqui, ninguém toma providência – na sede administrativa da SPDM, que é uma organização social do nosso território. Já está lá há mais de 10 anos. Foi criado com a capacidade de atender de 120 a 150 pessoas, chegamos a uma demanda, recentemente, de 700 atendimentos. Como que essas crianças ficam?

Gostaria de convidar, com todo respeito, a Comissão a visitar esse equipamento para entender o que acontece. O tratamento com entrevista com psicólogos não tem privacidade nenhuma, o paciente é sempre exposto. Não tem nenhum espaço para ele ser recebido

adequadamente.

Estamos lutando há vários anos. A última tratativa que tivemos foi, inclusive, objeto do Ministério Público. Seguindo orientações da Coordenadoria, nos foi solicitado apresentar imóveis para locação...

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Concluindo, por favor.

O SR. NELSON FERREIRA FILHO - Só concluindo. Apresentamos três imóveis em novembro de 2022. Diante da morosidade do processo os imóveis foram alugados para outros fins, restou um único imóvel. Quando o Promotor cobrou a Secretaria, foi informado que em nenhum momento eles tinham sido informados, sendo que existe o SEI, há documentos no processo, provando que foram informados em novembro de 2022. Isso se arrastou até abril de 2023. Infelizmente, perdemos o imóvel.

Já finalizando, com todo respeito, Presidente, eu gostaria que vocês visitassem o território. É importante porque não podemos ter Unidade Básica de Saúde, na zona Norte, sendo interditada parcialmente pela Defesa Civil, por más condições de trabalho.

Não podemos ter UPA Jaçanã visitada pela UVIS e, na sequência, quem vistoriou ser afastado do trabalho.

Muito obrigado. Desculpe por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – OK. Quarta pessoa inscrita, a Sra. Iara Maria Ferreira, usuária da região do Jaçanã-Tremembé. Agradecendo pela sua presença, informo que a senhora tem fala por três minutos.

A SRA. IARA MARIA FERREIRA – Boa tarde. Eu quero falar sobre o relatório. Os números são exuberantes, mas só que para eles serem concisos as metas esperadas deveriam ser apresentadas. Se eu falo em um milhão de atendimentos, uma cidade de 12 milhões, quanto de quanto eu tinha de atender?

Porque se eu atendi um milhão e a meta era de 100%, se eu atendi 70, esse relatório não é satisfatório, da forma como ele é apresentado, não é possível visualizar isso em todas as questões que foram levantadas.

Em questão de RH, reforçando, realmente, o número de funcionários públicos hoje atuando não tem condição de fazer a fiscalização eficiente desses contratos. É isso que está acontecendo.

E assim, sobre a questão do adoecimento sou uma prova viva disso. Tive de me afastar, por ter uma Coordenadora extremamente autoritária, assim como vários funcionários estão sendo afastados, porque grita, desrespeita...

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – De onde é?

A SRA. IARA MARIA FERREIRA – Da Coordenadoria Norte.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Tá.

A SRA. IARA MARIA FERREIRA – ...que desrespeita a pessoa... Assim, houve situações que foram presenciadas por usuários nas unidades. Na Unidade Flor de Maio, culminou, por exemplo, com a demissão da gerente. Sendo que ela que chegou gritando e a população presenciou o desrespeito. Isso tem acontecido com outros colegas.

Mas aparte disso, acho que a questão do RH é de caráter geral e tem, realmente, de ser revista.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Eu que agradeço a presença da Sra. Iara Maria Ferreira.

Estão encerradas as inscrições. Agora passo a palavra aos integrantes da Secretaria. Primeiro, alerto que dificilmente o Secretário ou qualquer outra pessoa que faça parte da Diretoria da Secretaria de Saúde vai conseguir entender claramente se alguém está agindo com maus-tratos com qualquer que seja o servidor ou usuário. Se houver algum tipo de maus-tratos com alguém deve ser denunciado imediatamente para que eles possam fazer avaliação, investigação e aí, de forma justa, tomar as providências cabíveis. Deixando muito claro isso.

Quanto à questão do relatório que foi apresentado de uma forma um pouco mais rápida. Nós solicitamos para que fosse assim, de forma que desse tempo de vocês conseguirem fazer as perguntas e serem ouvidos, porque daqui a pouco nós vamos ter sessão, caso contrário

nem condição de serem ouvidos vocês teriam. Hoje está um tempo chuvoso, vocês saíram de casa, de local distante e vieram aqui. Naturalmente, nós teríamos de dar espaço para falarem e dar chance ao Secretário e aos que compõem a Secretaria de darem explicações.

Por gentileza, passo a palavra para os integrantes da Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO - Boa tarde a todos. Boa tarde aos Vereadores que ainda não cumprimentei.

Respondendo as questões levantadas, o Major Palumbo tem razão, 84% do orçamento, do dinheiro gasto na saúde é com fonte 00, fonte do Tesouro. É o Município que banca a saúde para toda população da cidade de São Paulo, ou seja, 12,5 milhões de habitantes, 9 milhões são SUS dependentes.

Respondendo à pergunta da funcionária Iara. Achei a pergunta interessante. Ela é funcionária da Prefeitura deveria saber isso com bastante qualidade. Nós temos 1.668 equipes de Estratégia de Saúde, na cidade de São Paulo, só esse número atende 7 milhões de pessoas da população, que já são cadastradas e atendidas dentro das 330 unidades que têm equipe de Estratégia de Saúde da Família. Fora o restante para completar as 470 que são UBSs tradicionais que também atendem à população. Nove milhões de pessoas são atendidas nas nossas 470 UBSs, para esclarecer à Iara.

Seguindo o nosso questionamento, o Major Palumbo tem razão, 16% só que vem entre Ministério da Saúde e do estado. A gente tem muito pouco dinheiro vindo dos entes federais e estaduais para contribuir com o atendimento da saúde no município de São Paulo. Os poucos equipamentos que existem do estado, dentro da saúde do município, acho que todos presentes sabem que há dificuldades.

Quem hoje assume toda a saúde do município são os equipamentos municipais.

A Vereadora Luana Alves chama a atenção para o fato de que quatro milhões são para os parceiros e um milhão e 200 são gastos com os equipamentos da direta. Tem razão. Nosso maior gasto é com os parceiros, mas lembro que o milhão e 200 da direta é só gasto com funcionário e os quatro milhões que as OSs gastam incluem funcionários, insumos, aluguéis,

veículos, ambulâncias, medicação, enfim. Ele tem toda uma gama. Dentro do município, nós gastamos um milhão e 200 só com funcionários, nessas poucas unidades que são administradas, como foi falado aqui. Nós temos, hoje, 20% das unidades com a direta e esses 20% consomem, só com funcionário, um milhão e 200.

O Vereador Manoel Del Rio fez algumas reclamações dos equipamentos, como falta de RH. Tem razão. Nesses 20% que nós temos com a direta, o Prefeito autorizou chamar o concurso. Estamos chamando os concursos para a COVISA e para o SAMU. Não temos conseguido uma aderência, porque muitas das pessoas que nós chamamos nos concursos não aceitam trabalhar concursados – principalmente, médicos. Eles querem trabalhar como PJ e como PJ não dá para a Prefeitura contratar. A Prefeitura só pode contratar por meio de concurso para trabalhar na direta. Somente as OSs conseguem como PJ. Nós não conseguimos atender a essa reivindicação de muitos que nos procuram.

Quando falo que há 20%, estamos envolvendo as UBSs, as UVISs são todas nossas. Os ambulatórios de IST/Aids também são nossos. Há mais alguns equipamentos que estão ligados com a direta. Há alguns CAPSs, UBSs, enfim. São 20% do total. A Prefeitura tem um milhão de equipamentos e 20% desse um milhão está com a Prefeitura.

As OSs têm muito rodízio. O Vereador Manoel Del Rio tem razão. Estamos, inclusive, conversando com as OSs, para fazer algum plano de motivação para que esses funcionários fiquem mais tempo dentro das unidades. Inclusive, estamos usando a Escola de Saúde para promover cursos de atualização, enfim. Devemos trazer algum interesse para que esses profissionais, tanto os nossos, da direta, como os profissionais que estão nas OSs, fiquem mais envolvidos com os equipamentos de saúde e não queiram fazer da Prefeitura um lugar de passagem para depois ir para outros equipamentos.

Acho que já respondi ao Vereador Hélio Rodrigues, que disse que 97% estavam nas OSs. Não são 97%, Vereador. São 80%. Das internações de que falou, são as AIHs que são apresentadas. Então, nós temos AIHs que são apresentadas nos nossos hospitais e esses hospitais estão envolvidos. São hospitais de natureza pública e de internação, nossos. Temos

os administrados pela direta e os administrados pelas OSs. Essas, de AIHs, são de natureza pública. São de serviços próprios do município. As de natureza privada são de serviços contratualizados. Nós temos alguns contratos com o AC Camargo. Temos contratos com o Einstein. Temos contratos com algumas clínicas. A BP, inclusive, faz cirurgias cardíacas. São equipamentos com os quais nós fazemos contratualização. O município faz essa contratualização, para poder atender à alta complexidade, que não era função do município. Isso seria de responsabilidade do ente federal e do ente estadual, mas, infelizmente, eles não têm conseguido atender à necessidade da cidade de São Paulo, com 12 milhões e meio de habitantes. Então, o Prefeito Ricardo Nunes nos autorizou a fazer contratualização com esses hospitais que atendem à alta complexidade. Inclusive, no final do ano passado, o AC Camargo estava querendo desistir de atender ao município. O estado, na época, fez uma reunião, mas não avançou em nada e o Prefeito Ricardo Nunes pediu para que eu conversasse com eles e fizesse um acordo para que eles não deixassem de atender a população do município de São Paulo. Eles continuaram e estão conosco até hoje. Então, essa natureza privada são essas AIHs.

Qual é a outra pergunta?

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – São a Maria Estela, a Janete e o Nelson.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Nós vamos pelo pessoal dos conselheiros.

À Estela, da UBS Vila Albertina, digo que conselho é para ser ouvido. Eu sou médico da Prefeitura. Tenho 37 anos de Prefeitura. Já fui diretor de hospital. Deve haver muito conselheiro, aqui, que me conhece, inclusive. Eu sempre trabalhei e dirigi com o apoio dos conselheiros, que nos ajudam quando nós estamos na ponta, administrando. Nós precisamos deles, pois são o nosso contato direto com a população.

Eu não entendi muito bem isso, como é que vocês não são ouvidos. Depois, precisam mandar isso para nós, para ver onde é que não estão sendo ouvidos, de que estão sendo proibidos, porque não é essa a orientação da Secretaria. Os conselhos são nossos parceiros. Discutimos para o melhor da cidade e sempre vamos ter isso.

Às vezes, nós não nos intrometemos muito. Às vezes, existem brigas entre

conselheiros, dentro da região, e procuramos não nos envolver. Particularmente, quando fui diretor, algumas vezes os conselheiros começavam a brigar e eu pedia até para sair da reunião, para que eles se entendessem e, na hora em que tivessem chegado a um acordo, eu voltaria para continuarmos conversando. Então, essa é a orientação, inclusive, que eu dou para todos os nossos coordenadores, para todos os diretores de hospitais. É assim: se os conselheiros tiveram alguma discussão dentro do conselho, eles precisam entrar em acordo. Eles devem ter essa discussão separadamente da administração e, em seguida, nós voltamos para discutir já com a pauta definida, que o conselho quer discutir. Então, é essa a orientação da Secretaria, inclusive.

O AE Tucuruvi é um equipamento da direta. Ele tem, realmente, falta de profissional. Temos feito tentativas por meio do concurso ou, inclusive, para transferir algum profissional para esse equipamento, para que uma pessoa do Tucuruvi não tenha de ir até o equipamento de Perus – que é um equipamento excelente. Estive lá na semana passada e temos todas as especialidades. Há uma procura. Conversei com a população da região, que me falou muito bem do equipamento, mas, realmente, fica longe para quem está na outra ponta da zona Norte, para ir até Perus. Estamos tentando melhorar esse equipamento do AE Tucuruvi.

Assim, em questão dos funcionários, de que precisamos cuidar, eu acho que esse cuidado...

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Desculpe, Secretário. O senhor está respondendo a quem, agora? Eu estou acompanhando as respostas.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Eu continuo com a Estela, ainda. Não terminei.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Está bom. Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Ela falou que os funcionários estão com problema psicológico, que seria preciso cuidar mais dos funcionários. Eu acho que o Prefeito, olhando para o funcionário, devolveu o Hospital do Servidor Público, para... (Falha na transmissão) ...que nós temos na cidade de São Paulo, da direta, não só da saúde, mas também os profissionais da educação. Não só devolveu o hospital para o servidor público, como também

fez uma reforma e está, ainda, ampliando. Acho que os Vereadores têm acompanhado a evolução do hospital. Temos feito uma melhora razoável no hospital, reformando o pronto-socorro. Melhoramos os equipamentos. Trocamos tomografia e aparelho de raio X. Enfim, tudo que é pedido o Prefeito Ricardo Nunes tem autorizado para aquele serviço e tem muitas emendas de vários Vereadores, inclusive, dos Vereadores que estão aí compondo a Mesa, que tem nos ajudado bastante nesses equipamentos.

Agora, respondendo à Janete, da UBS Pedras. Conselheiros eleitos têm direito a palavra e decisão? Olha só: a mesma fala feita para a Estela, acho que já atende à Janete. A nossa orientação da Secretaria é que todos os conselheiros sejam ouvidos e que eles participem, inclusive, eles participaram, o Nelson, estava presente lá na UPA Vila Maria. Eu o conheci lá, quando fomos dar início à obra. Tivemos a oportunidade de conversar, inclusive ele participou da mudança do PS Vila Maria para o equipamento que tinha ali na Vila Guilherme. Foram vocês do Conselho que decidiram que aquele equipamento era o mais próximo e o melhor para se mudar o PS da Vila Maria, enquanto nós faríamos a reforma para transformar em UPA. Tenho certeza de que isso aconteceu, porque eu acompanhei, não é Nelson?

Então vocês estiveram essa oportunidade sim. Vocês participam bastante e vocês participam do Hospital José Storopoli, inclusive, já tive oportunidade de ir nas reuniões do Conselho Gestor do hospital, na qual vocês discutiram sobre a maternidade, a psiquiatria, a reforma do pronto-socorro. Na época, eu estava na Autarquia Hospitalar, eu fazia parte da Coordenação e fui lá conversar com todo o Conselho Gestor. Fiz questão de ouvir o Conselho Gestor.

Então, vocês têm palavra, sim. Não estou entendendo muito bem essa fala de que não estão tendo palavra, agora. E os supervisores das regiões, eu faço reunião com eles aqui. Cobro inclusive da Secretaria que está atrás de mim, a Secretaria de Atenção Primária, e as supervisões são os nossos olhos na região. Precisamos ter supervisores que são comprometidos e os que são trocados são os que não são os nossos olhos. As unidades têm muitas reclamações na Ouvidoria de pacientes, por isso a gente troca o supervisor. Precisamos de um supervisor que

esteja atento ao que está acontecendo na região dele e que traga para a Secretaria essas informações. Eu não consigo olhar, ao mesmo tempo, mais de mil equipamentos. Eu preciso dessa atuação dos supervisores nas regiões. E eu não falo nem com os coordenadores quando eu quero falar de equipamento, eu faço reunião direto com os supervisores, que são essas pessoas que me dão esse suporte para tomar decisões na Secretaria.

Essas são as respostas para a Janete. Não devemos aluguel para ninguém, viu Janete. Os nossos recursos são passados, normalmente, para as OSs e os equipamentos que são alugados pela direta também são pagos em dia. Não devemos nada para ninguém. O proprietário não quis fazer a reforma. O que acontece? Nós não podemos fazer reforma em equipamentos alugados. Quando nós precisamos de uma reforma, a gente pede para que o proprietário faça e a gente paga o aluguel do equipamento reformado. E muitas vezes nós mudamos de equipamentos até porque o proprietário se nega a fazer essa reforma que o equipamento precisa. Essa resposta foi em relação ao questionamento da Janete.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Sr. Secretário, desculpa fazer uma interrupção. A Vereadora Luana Alves vai ter que sair para outro compromisso. Eu ia esperar para que todos os Vereadores finalizassem. Só para ela colocar um ponto, rapidamente, para o senhor continuar o seu raciocínio, respondendo, se não me engano, a última pessoa.

A SRA. LUANA ALVES - Eu queria, na verdade, até pedir desculpas ao público presente por ter que me ausentar. Acho que a próxima prestação de contas, temos que fazer em outro dia, não no dia de votação do Plano Diretor. Assim, a gente pode pensar em um dia com mais tempo, que a gente consiga pensar. Uma hora, realmente, é muita informação.

Mas rapidamente, Secretário, só para eu confirmar uma informação que o senhor falou, que para mim é uma informação nova. Concurso da COVISA, é isso? Vai ter um concurso para Vigilância em Saúde no município? Agora? O senhor pode dar mais informações?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Nós chamamos para COVISA pessoas que já estavam concursadas. O Prefeito autorizou, foram quantas pessoas?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUANA ALVES – Convocadas no concurso de que ano?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Tudo que está na lista de espera o Prefeito autorizou a chamar. Chamamos 896 para o SAMU, 341 para Aids e para a COVISA 700 e pouco.

A SRA. LUANA ALVES – Certo. Mas esses são os convocados?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – A gente não está fazendo concurso, porque nós temos uma lista de espera. Estamos chamando todo mundo da lista de espera. Só poderíamos fazer outro concurso, quando esgotarmos essa lista de espera.

A SRA. LUANA ALVES – Existe expectativa de novo concurso após se esgote a lista de espera? Porque concurso novo a gente ainda não teve?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – A hora que esgotar o concurso Vereadora Luana, a gente vai pedir outro concurso, inclusive são vocês da Câmara que vão aprovar ou não.

A SRA. LUANA ALVES - Por mim, o senhor sabe o primeiro projeto de lei que apresentei nesta Casa foi para concurso na saúde. Comigo pode contar para isso. O que a gente precisa de fato é a sinalização do período do concurso, mas está bom. Obrigado pela resposta e aguardo a data da próxima prestação de contas.

Obrigada a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) - Desculpe a interrupção. Por favor, continue, Secretário.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Ainda está faltando responder só mais duas pessoas. O Nelson já comecei a responder. O CAPS IJ, Nelson, você tem razão, o imóvel é ruim mesmo. A supervisão já falou comigo. Eu já pedi para que procurasse outro imóvel na região e parece que estão com dificuldade de encontrar imóvel. Até pedi para a Sandra verificar esses três imóveis, que vocês encontraram, por que não alugaram. Ela está me dizendo que a equipe da saúde mental foi ver os imóveis e eles falaram que aquele imóvel não atendia a necessidade para um CAPS IJ. Eu preciso da anuência da equipe que coordena a área para poder fazer a autorização ou não de uma locação.

Parece que esses imóveis tiveram esse tipo de problema, mas precisa continuar

procurando, sentar-se com a equipe, Nelson, da coordenação mental que tem na região de vocês, se precisar de uma assessoria da coordenação da saúde mental da central, da Secretaria, ficam aqui à disposição. A Sandra pode passar o contato depois para vocês e achar um imóvel adequado, porque realmente esse imóvel está ruim, precisa fazer a troca e está autorizada.

Não foi trocado até agora porque infelizmente as pessoas reclamam, mas não veem a dificuldade que temos em atender aquela solicitação. A gente tem condição, o orçamento da saúde, como vocês viram, é um orçamento robusto; o Prefeito Ricardo Nunes não cria nenhuma dificuldade, nos fornece tudo que nós pedimos, portanto, só precisamos ter a forma adequada, porque dependemos do jurídico. Vocês sabem muito bem que para fazer uma locação de imóvel na Prefeitura – os Vereadores acompanham – a gente tem que obedecer a uma série de leis. O imóvel tem que estar dentro de várias normas para poder ser aprovado pelo jurídico e tem o pessoal da equipe da saúde que também precisa aprovar o imóvel falando se imóvel serve, sim. Porque são as pessoas que vão trabalhar dentro dele.

Eu acho que eu consegui responder tudo. Já respondi para a lara, quando falei no início da estratégia da saúde da família, que a gente faz uma cobertura grande. Vou verificar a queixa dela, se é uma queixa pontual ou se tem realmente uma queixa de mais profissionais sendo perseguidos na região Norte, mas não é essa orientação da Secretaria. As pessoas que me conhecem e, como já disse, trabalho há 40 anos na Prefeitura, então, vários conselheiros me conhecem, sabem que não tem essa, eu sou uma pessoa séria, que trabalha, já fui até perseguido algumas vezes durante a minha carreira profissional e não aceito isso para nenhum profissional enquanto eu for Secretário.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – OK, Secretário. Como nós estamos com o tempo... Só um minutinho, gente, por favor, senão a gente não consegue avançar. Como o nosso tempo realmente é bem curto, eu vou passar para os Vereadores encerrarem a participação.

Eu pedi para as pessoas, que colocaram as suas ponderações, a gentileza de passarem isso para o papel, nos entregarem e, depois, a gente se senta, com calma, para dar um direcionamento melhor, pontualmente. Está bom, Secretário?

Eu vou abrir rapidamente para os Vereadores, eles querem adicionar alguma coisa. Vou por ordem e assim a gente chega à finalização da nossa audiência pública.

Quero passar a palavra para o Vereador Bombeiro Major Palumbo

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO – Presidente, a única coisa é que com a participação popular todas as ações trazidas a esta Comissão, elas precisam de respostas. Então eu peço encarecidamente que a gente possa ter essas denúncias, que foram feitas, para que a gente encaminhe de forma oficial para a Secretaria, para que ela possa fazer uma apuração.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO – Exato. Exatamente, ou se não, como a própria Secretaria já está presente na mesma reunião, que possa fazer uma apuração, Secretário, a respeito dessas denúncias e que a gente possa ter as respostas para a população. Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Bombeiro Major Palumbo. Tem a palavra o nobre Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Obrigado, Presidente. Só deixar apontado aqui esse questionamento que eu fiz das internações da rede pública que contempla as OSs também, a diferença de valores de 965 reais para internação na rede pública e na rede privada de 2.096 reais. A gente precisava saber o porquê dessa diferença.

Outro, o Nelson levantou um questionamento muito sério, que é de uma fiscalização de UVIS numa UPA, controlada por uma OS, que fez um relatório e foi punido por esse relatório. Nós precisamos saber como é que está o tratamento dos fiscais da UVIS, enfim, da Vigilância, quando atuam, com seus relatórios, e para quem eles entregam. Qual é esse procedimento? Seria muito importante saber, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – OK. Muito obrigado, Vereador Hélio Rodrigues. Tem a palavra o nobre Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Só queria reforçar essa questão dos RHs, que mesmo a quantidade que o Secretário aponta ainda fica abaixo especialmente com as especialidades.

Queria acrescentar, eu não tive oportunidade de falar antes, a gente tem recebido Conselheiros do Hospital Campo Limpo e tem lá um conflito sério entre a OS que está assumindo e os funcionários do próprio Campo Limpo. Queria pedir ao Secretário que tentasse o contato com os Conselheiros do Hospital para sanar esses problemas que estão ocorrendo lá no Hospital do Campo Limpo. Tem raio X que faz não sei quanto tempo que não funciona, mas que poderia ter um contato com o Conselho do Hospital Campo Limpo para resolver esses impasses.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Manoel Del Rio. Tem a palavra o nobre Vereador George Hato.

O SR. GEORGE HATO – Bom, acho muito importante a Secretaria de Saúde dar essas respostas, do que foi apontado nesta audiência pública. E também quero parabenizar a equipe de saúde, o Secretário Zamarco, o Maurício, a Sandra Sabino, também o Ivan Cáceres, que vêm fazendo um trabalho excepcional, de alto nível, na Secretaria de Saúde.

Acho que ninguém conhece mais o sistema de saúde municipal do que o nosso Secretário Zamarco, com seu belo currículo. Então, Secretário, parabéns pelo seu trabalho. Reforço também que o Prefeito Ricardo Nunes vem trabalhando na política preventiva, vem canalizando córrego, vem investindo muito no esporte. São mais de 150 milhões de reais investidos no esporte. Nunca São Paulo teve um investimento tão grande no esporte, e como vocês sabem esporte é saúde.

Muito obrigado, Secretário, pela sua participação na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Secretário, como eu fui o único que não fiz perguntas, deixei todo mundo falar, naturalmente, não sabia se haveria tempo para que eu fizesse, eu só quero saber o seguinte: tem alguma novidade que está para acontecer aqui na cidade? Algo que está acontecendo já no sentido de alguma reestruturação, de alguma unidade básica de saúde. O que o senhor tem para falar de novidade para a gente, para aquelas pessoas que estão acompanhando esta audiência pública, que são as pautas positivas? A gente teve uma pauta com muitos problemas, eu gostaria que o senhor soltasse aqui para gente alguma

coisa boa. Temos que terminar esta audiência pública com boas notícias.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Só para responder para o Hélio Rodrigues, AIH, como eu falei, alta complexidade nossa é... (Falha na transmissão) ...com o AC Camargo, com esses hospitais que fazem alta complexidade. O procedimento de alta complexidade custa três, quatro vezes mais do que os procedimentos da média complexidade, por isso essa diferença de valor nessas AIHs.

Em relação ao Campo Limpo, Vereador Manoel Del Rio, eu pessoalmente fui lá na semana passada, inclusive falei na televisão, de lá, e eu conversei com os conselheiros, inclusive os conselheiros lá, a Raquel, a Malu, eles têm o meu telefone. Eles ligam para mim e falam comigo no meu telefone. Então, eles têm plena liberdade de falar. E a Secretária da Atenção Hospitalar inclusive participa das reuniões do Conselho Gestor, pois o Hospital do Campo Limpo é um hospital que tem bastante questionamento e ele não é um hospital que está na mão de OS, ele é um hospital nosso, dá direta, tem alguns profissionais que tem contrato administrativo lá por falta de profissionais.

Em relação a novidades, Vereador André Santos, nós vamos agora inaugurar, no próximo mês, a UPA da Vila Carrão. Nós estamos terminando a UPA da Vila Maria, o Nelson está acompanhando, foi o que eu falei, nós estamos terminando essa UPA, mas a primeira que nós vamos inaugurar agora vai ser a UPA da Vila Carrão, um equipamento que ficou excelente, numa região que precisava de um equipamento e faz parte das próximas que vamos terminar. Há previsão de terminar, até o final do ano que vem, 15 UPAs e 9 UPAs, daqui para o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Que bom. Parabéns. Quero mandar um grande abraço para a Sandra Sabino, sempre que a gente ouve falar do seu trabalho é sempre com muita competência. Um grande abraço para o Maurício Serpa também, à frente de grandes responsabilidades; ao Ivan Cáceres, também agradecendo por todo o relatório, e ao senhor, pela atenção e respeito para com esta Comissão e para com todos os demais, para a população da cidade de São Paulo.

Só registrando a presença do nobre Vereador Aurélio Nomura, Vice-Presidente desta Comissão. Com a palavra, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado. Agradeço. Peço desculpas, pois estava acompanhando a minha mãe nos exames clínicos, e eu preciso acompanhar porque ela fala a metade do que ela sente. Por isso eu tenho que relatar para o médico o que está ocorrendo mesmo, então peço desculpas pelo atraso.

Eu gostaria de fazer uma indagação ao nosso Secretário, se existe uma ideia de fazer através de comodato esses equipamentos para exame de urgência nas UPAs. Existe algum planejamento para esses exames de enzimas cardíacas, gasometria, eletrólitos, enfim essas questões? O que a gente vê é a dificuldade que existe, principalmente na UPA 3, quando tem algum problema e as pessoas têm que se locomover para um hospital ou outro equipamento para fazer esses exames. E poderiam, esses equipamentos, estarem de fato nessas UPAs de que estamos falando. Também tem a questão do material que é colhido: vai para lá, muitas vezes demora, a pessoa fica esperando. Houve até um caso interessante de uma pessoa que fez um procedimento, acho que foi uma colonoscopia, acho que deram muito sedativo, e, no final, a pessoa foi removida para um hospital, um outro equipamento, porque às 19 horas fechava o Hospital-Dia. E a família ficou muito preocupada: “Será que aconteceu alguma coisa?” *etc.*, mas não: foi até por uma questão de prevenção, porque não dava para deixar o paciente sozinho no Hospital-Dia.

Então, seria, quem sabe, algo bastante interessante termos esses equipamentos, que não são contratos, mas cedidos por comodato. Era isso que eu gostaria de ouvir de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Rapidamente, Secretário. Só por causa do nosso tempo. Se o senhor puder ser sucinto.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – O equipamento que o senhor fala chama-se Point-of-Care. Esse equipamento já existe nas UPAs hoje para fazer os exames para infartado, porque o infartado não pode esperar, ele tem que ser trombolizado. E é um equipamento cujo comodato as empresas cobram caro. Aí, o que eu fiz? Já sabendo, eu fui visitar as UPAs e vi

que o tempo de espera dos pacientes que às vezes reclamam que esperam oito horas em uma UPA é por conta de estar aguardando um exame que foi pedido pelo médico, e tem esse transporte que o senhor citou agora.

Então, fiz reunião com várias empresas, e conseguimos uma empresa que aceitou fazer a contratualização de um dinheiro pago pelo Ministério da Saúde com a tabela SUS. Nós acabamos de fechar negócio e vamos ter em todas as UPAs. Eu não havia falado antes porque ainda não fechei ainda esse contrato. Não gosto de contar algo antes de ter certeza de que vai acontecer, mas estamos nas últimas tratativas. A empresa aceitou as nossas exigências, que são exigências do serviço público, e está terminando de fazer o contrato. E, assinando o contrato, teremos isso em todas as nossas UPAs. Assim, vamos eliminar esse problema do tempo de espera para efetuar exames. Fizemos inclusive um cardápio de exames para que os médicos pudessem pedir. Além desses exames importantes, que são as enzimas, para os pacientes graves, há hemograma, Urina I, TGO, TGP, aqueles em que se precisa fazer para elucidar um diagnóstico, que vamos providenciar para todas as nossas UPAs.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Muito obrigado. Parabéns, porque isso é um grande problema que estava acontecendo e, agora, a gente vê que vai ser resolvido. Parabéns, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Muito obrigado a todos da Secretaria. Se não almoçaram, bom almoço para vocês. E para os que vieram participar presencialmente da audiência pública, muito obrigado. A vocês que estão acompanhando de forma *on-line*, também muito obrigado, assim como a todos os Vereadores que estão dando exemplo. Todos os Vereadores desta Comissão estiveram participando desta audiência pública, confirmando aquilo que no início dos nossos trabalhos havíamos falado: que iríamos pegar firme no nosso trabalho e tratar esta Comissão com muita seriedade e responsabilidade. Só que agora, Secretário, a prestação de contas não será só de vocês, não; haverá outras Secretarias que irão prestar contas porque o peso não pode estar todo em cima da Secretaria Municipal de Saúde.

Um grande abraço a vocês. Uma ótima tarde a todos. Nada mais havendo a tratar,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **20077** DATA: **31/05/2023** FL: **30** DE 30

dou por encerrados os trabalhos.